

## Notas explicativas às informações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### 1 Contexto operacional

As atividades da Nortec Química S.A. (“Companhia”) compreendem basicamente na industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos químicos e farmoquímicos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias de produtos, prestação de serviços de assistências técnicas nas áreas comercial, tecnológica e de produção de terceiros. A Companhia está localizada na Rua Dezessete, 200 A, B, C e D, no Distrito Industrial Mantiquira Duque de Caxias em Xerém, cidade de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro.

Em 23 de novembro de 2012, a Companhia obteve o registro de Companhia Aberta na Categoria “A” na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Essa categoria autoriza a negociação de quaisquer valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados de valores mobiliários.

Os principais clientes da Companhia são: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, a Blanver Farmoquímica; e de forma regular e contínua, complementam a lista dos principais clientes: Eurofarma, Brainfarma, Sanofi, União Química e Medley.

#### 1.1 Eventos ocorridos no exercício de 2017:

##### *Novas Unidades*

Em 17 de março de 2017 a Companhia iniciou a realização dos testes nas Unidades 280 e 230, para atendimento das demandas dos mercados privado e público. A CTO (Condição Técnico Operante) da Unidade 280 foi emitida no dia 07 de março de 2017.

Nos dias 03 de abril e 01 de agosto de 2017, as Unidades 280 e 230, respectivamente, foram liberadas pelo departamento de Engenharia em acordo com a Administração da Companhia para a produção em escala comercial.

##### *Estrutura corporativa*

Em 10 de fevereiro a Companhia por meio do Conselho de Administração, visando melhorar a sua estrutura interna e conforme padrões de Governança Corporativa, nomeu dois Vices-Presidentes para atuarem nas áreas de Operação e Office.

#### 1.2 Licença de Operação

Em 26 de dezembro de 2013 a Companhia obteve do INEA/RJ (Instituto Estadual do Ambiente) a Licença de Operação (LO) nº IN 025803, válido até 26/12/2017, para as Unidades implantadas e em operação na época. Com a conclusão das Unidades 230, 280 e da expansão da Unidade de Tratamento de Rejeitos, inclusive tendo sido aprovada nos testes de Emissões Atmosféricas, a Companhia deu entrada no Pedido de Averbação dessas novas Unidades na LO nº IN 025803, em 26 de agosto de 2017 e está aguardando a análise do processo de averbação pelo INEA/RJ

### **1.3 Exigências regulatórias**

As novas exigências administrativas regulatórias feitas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), fizeram a Companhia interromper a produção e consequente o faturamento dos seus Insumos Farmacêuticos Ativos (IFA) Lamivudina, Zidovudina, Fenitoína, Efavirenz e Aciclovir. No dia 12 de junho de 2017 foi protocolado pela Companhia, na Anvisa, o pedido de excepcionalidade para a produção e comercialização dos IFA Lamivudina, Zidovudina e Fenitoína, o qual foi deferido no final de julho de 2017.

A excepcionalidade foi concedida devido a Companhia ter capacidade produtiva para entrega dos IFAs, mencionados anteriormente, e o não fornecimento causaria o desabastecimento e falta do medicamento no mercado, trazendo risco a população que utiliza essas medicações.

Adicionalmente, foi protocolado o pedido de regulamentação dos registro de todos os produtos descritos anteriormente. Após o protocolo e análise da Anvisa, a Companhia recebeu uma lista de exigências relacionadas a documentação técnica dos produtos, que já foram cumpridas e protocoladas. A Administração da Companhia realizou diversas ações para a liberação das vendas desses produtos e obteve as autorizações por meio de comunicados enviados pela Anvisa, em caráter de excepcionalidade para os produtos Fenitoína e Lamivudina em 20 de outubro de 2017.

## **2 Apresentação e base de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão destas demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2018.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas ocorrem anualmente e são reconhecidas prospectivamente.

#### **4.1 Vida útil dos bens do imobilizado**

A Companhia considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável. As vidas úteis definidas para os bens do ativo imobilizado, foram definidas nos laudos técnicos emitidos por engenheiros externos.

#### **4.2 Provisão para contingências**

As contingências são analisadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos.

#### **4.3 Avaliação de instrumentos financeiros**

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 23 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

#### **4.4 Impostos, contribuições e tributos**

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 16.

### **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados conforme citado na nota explicativa 6.

### **6 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### **6.1 Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

## **6.2 Contas a receber de clientes**

Estão apresentadas pelo valor de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data dos balanços. A provisão para perdas com créditos é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

## **6.3 Receita operacional**

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

## **6.4 Receitas financeiras e despesas financeiras**

As principais receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem (i) receita de juros de aplicação financeira, (ii) despesa de juros de empréstimos e (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

## **6.5 Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem.

## **6.6 Custos dos empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

## **6.7 Subvenções governamentais**

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais para custeio, destinadas para pesquisa e desenvolvimento, são reconhecidas sistematicamente no resultado, como outras receitas, durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes gastos com pesquisa as quais as subvenções pretendem compensar.

## **6.8 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### **6.8.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

### **6.8.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## **6.9 ICMS sobre vendas**

A Companhia tem isenção de impostos sobre a venda de produtos destinados ao coquetel da Aids, conforme o convenio 10/2002 do ICMS.

## **6.10 Imobilizado**

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e os juros de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

## **6.11 Redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”) não financeiros**

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve indicador de não recuperabilidade dos ativos.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa (UGC).

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

## **6.12 Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção ou preço médio de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando aplicável.

## **6.13 Fornecedores**

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## **6.14 Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

## **6.15 Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

### **6.15.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **6.15.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração**

##### ***Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado***

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

##### ***Empréstimos e recebíveis***

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

#### **6.15.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

### **6.16 Investimentos**

O investimento na Sociedade em Conta de Participação em conjunto com a Cambrex Profarmaco do Brasil Ltda. está registrado pelo método de equivalência patrimonial.



#### **6.17 Demonstração do valor adicionado**

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

#### **6.18 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- **IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros** (efetiva a partir de 1º janeiro de 2018).

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros existentes e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. No entanto, a Administração realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017 e concluiu que não haverá impactos significativos. A Companhia não realiza operações de hedge.

**IFRS 15 (CPC 47) - Receita de contratos com clientes** (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018).

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. Porém a Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações. As possíveis diferenças serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018 e apresentadas em notas explicativas. A Administração da Companhia avaliou o potencial impacto em suas demonstrações financeiras, dos contratos de fornecimento de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs), considerando os seguintes aspectos qualitativos:

- Identificação do contrato;
- Identificação das obrigações de desempenho;
- Determinação e Alocação do preço da transação; e

- Reconhecimento da Receita.

A Companhia reconhece a receita quando ela satisfaz uma obrigação de desempenho através da transferência do controle de um bem prometido ao cliente.

De acordo com a vigência da nova norma contábil para 2018, a Administração da Companhia concluiu que não haverá nenhum impacto relevante na aplicação das novas regras contábeis.

#### **IFRS 16 - Arrendamento mercantil** (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para as entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos dessas novas normas ou modificações em suas demonstrações financeiras e não espera impactos relevantes no exercício vigente.

## **7 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Caixa e bancos	5.463	7.226
Aplicações financeiras em fundos de investimento (i)	<u>676</u>	<u>2.497</u>
	<u><u>6.139</u></u>	<u><u>9.723</u></u>

- (i) Referem-se a quotas de fundos de investimento com resgate automático que possuem alta liquidez; prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## **8 Aplicações financeiras**

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	<u>11.721</u>	<u>10.165</u>
	<u><u>11.721</u></u>	<u><u>10.165</u></u>

As aplicações financeiras descritas no quadro acima possuem vencimentos superiores a 90 dias e estão apresentadas no ativo circulante considerando a expectativa de realização no curto prazo.

As aplicações financeiras estão contabilizadas ao valor contábil o qual se aproxima do valor justo. Essas aplicações são remuneradas mensalmente por taxas de 92% a 99% do Certificado de depósito interfinanceiro - CDI.

## 9 Contas a receber

	31/12/2017	31/12/2016
Clientes nacionais (i)	27.820	14.072
Clientes estrangeiros	<u>947</u>	<u>2.255</u>
	<u><u>28.767</u></u>	<u><u>16.327</u></u>

(i) A Blanver Farmoquímica Ltda, Brainfarma Indústria Química e Farmaceutica S/A, a E.M.S S/A e a representam Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, em 31 de dezembro de 2017, cerca de 81% do saldo de contas a receber de clientes nacionais (72% em 31 de dezembro de 2016).

### Saldos por vencimento do contas a receber

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	18.247	10.616
Vencidos até 30 dias	7.222	905
Vencidos de 31 até 60 dias	140	288
Vencidos de 91 até 120 dias	213	-
Vencidos de 121 até 180 dias	-	1.135
Vencidos acima de 180 dias	<u>2.945</u>	<u>3.383</u>
	<u><u>28.767</u></u>	<u><u>16.327</u></u>

A Administração da Companhia revisa trimestralmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa do contas a receber de acordo com as políticas adotadas pela Administração. Em 31 de dezembro de 2017 foi constituída uma provisão no valor de R\$ 120.

Dos montantes vencidos há mais de 180 dias, R\$ 2.912 (R\$ 3.338 em 31 de dezembro de 2016) referem-se a vendas destinadas ao Governo do Brasil. A Administração estima não haver perdas com crédito e os valores são considerados recuperáveis, adicionalmente ao montante provisionado.

## 10 Estoques

	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados (a)	10.818	7.177
Produtos em processo (d)	6.557	5.672
Produtos para revenda (b)	386	594
Matérias-primas (c)	13.930	20.207
Almoxarifado	<u>347</u>	<u>208</u>
	<u><u>32.038</u></u>	<u><u>33.858</u></u>

- (a) O estoque de produtos acabados da Companhia é pulverizado, sendo os seguintes produtos que apresentaram maior representatividade em 31 de dezembro de 2017: Lamivudina, Cloridrato de Midazolam e Maleato de Midazolam, com 18%, 12% e 10% do saldo total, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016, os produtos acabados de maior representatividade eram: Fumarato de Tenofovir, Espirolactona e Cloridrato de Midazolam, com 14%, 11% e 10% do saldo total, respectivamente.

- (b) Os produtos para revenda da Companhia que apresentaram maior representatividade em 31 de dezembro de 2017, foram: Diclonefano de Sódio e Salicilato de Metila com 29% e 25% do total do saldo, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016, os produtos para revenda que apresentaram maior representatividade, eram: Fosfato de Cálcio Anidro e Diclofenaco de Sódio ambos com 19% do saldo total, respectivamente.
- (c) As matérias-primas que apresentaram maior representatividade em 31 de dezembro de 2017, foram: Cicloproletinil-Trifluormetil, Tenofovir, Salicilato de Lamivudina e Tiabendazol com 24%, 14%, 11% e 5% do total do saldo, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016, as matérias-primas que apresentaram maior representatividade, eram: Tritil-Azido-Timidina, Ciclopropeletinil, Carenona e Cloreto de 2-Metil-Benzidril com 18%, 16%, 9% e 6%, respectivamente.
- (d) Os produtos em processo que apresentaram maior representatividade em 31 de dezembro de 2017, foram: Lamivudina Bruta, Citrato de Orfenadrina Purificado, Cloridrato de Midazolan Purificado Bruta e Bromazepam Purificado com 28%, 13%, 8% e 7% do total do saldo, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016, os produtos em processo que apresentaram maior representatividade, eram: Citrato de Orfenadrina Bruto, Zidovudina Bruta, Orfenadrina Base Bruta e Citrato de Orfenadrina Purificada com 19 %, 11%, 8% e 7% do total do saldo respectivamente.

A Administração da Companhia revisa periodicamente a provisão para perda nos estoques de produtos acabados. O valor da provisão para perda em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1.755 (R\$ 783 em 31 de dezembro de 2016). Os estoques estão apresentados líquidos da provisão para perdas.

	<b>Provisão para perdas nos Estoques</b>
31 de dezembro de 2016	783
Adições	2.594
Reversões	(1.622)
	<hr/>
31 de dezembro de 2017	<u>1.755</u>

## 11 Impostos a recuperar

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
CSLL	582	139
PIS	103	57
COFINS	470	248
IRRF	49	49
IPI	22	24
ICMS	416	457
Parcelamento da Lei 12.996/04	1.368	948
Outros	33	34
	<hr/>	<hr/>
	<u>3.043</u>	<u>1.956</u>

## 12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ diferido	754	576
CSLL diferido	272	207
	<u>1.026</u>	<u>783</u>

A Companhia, fundamentada em estudos técnicos de viabilidade, realizados anualmente, que demonstram a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, mantém o crédito fiscal de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias, que somente serão dedutíveis quando atenderem a legislação fiscal. A movimentação do impacto no resultado do exercício está demonstrada abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos oriundos de:		
Adições temporárias:		
Provisão de Perdas com Estoque	2.594	1.505
Contingências	129	1.088
Provisão de PCLD	305	-
Reversão de Perdas com Estoque	(1.622)	(1.338)
Reversão de PCLD	(184)	-
Reversão de Contingências	(506)	(466)
	<u>715</u>	<u>789</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos - 34%</b>	<u><b>243</b></u>	<u><b>268</b></u>

## 13 Imobilizado

		<u>31/12/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	<b>Taxas anuais médias de depreciação</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Saldo líquido</b>	<b>Saldo líquido</b>
Terrenos	-	2.105	-	2.105	1.221
Instalações	10%	51.015	(6.476)	44.539	10.805
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	29.807	(12.235)	17.572	5.446
Móveis e utensílios	6,7% a 14,3%	1.328	(744)	584	515
Veículos	10% a 20%	319	(249)	70	91
Equipamentos de informática	5% a 33,3%	3.285	(1.800)	1.485	1.017
Imobilizado em andamento	-	1.282	-	1.282	45.965
Adiantamento de fornecedores	-	-	-	-	158
Outros	4% a 20%	2.701	(2.251)	450	375
		<u>91.842</u>	<u>(23.755)</u>	<u>68.087</u>	<u>65.593</u>

  

		<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<b>Taxas anuais médias de depreciação</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Saldo líquido</b>	<b>Saldo líquido</b>
Terrenos	-	1.221	-	1.221	58
Instalações	10%	16.372	(5.566)	10.805	6.415
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	15.861	(10.415)	5.446	5.897
Móveis e utensílios	6,7% a 14,3%	1.171	(656)	515	211
Veículos	10% a 20%	319	(228)	91	117
Equipamentos de informática	5% a 33,3%	2.459	(1.442)	1.017	410
Imobilizado em andamento	-	45.968	-	45.965	24.542
Adiantamento de fornecedores	-	158	-	158	3.655
Outros	4% a 20%	2.485	(2.114)	375	412
		<u>86.014</u>	<u>(20.421)</u>	<u>65.593</u>	<u>41.717</u>

### Movimentação do custo

	31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2017
Terrenos	1.221	-	-	884	2.105
Instalações	16.372	-	-	34.643	51.015
Máquinas e equipamentos	15.861	260	(7)	13.693	29.807
Móveis e utensílios	1.171	42	(5)	120	1.328
Veículos	319	-	-	-	319
Equipamentos de informática	2.459	194	(40)	672	3.285
Imobilizado em andamento (i)	45.968	5.824	(460)	(50.050)	1.282
Adiantamento de fornecedores (ii)	158	-	-	(158)	-
Outros	2.485	20	-	196	2.701
<b>Total</b>	<b>86.014</b>	<b>6.340</b>	<b>(512)</b>	<b>-</b>	<b>91.842</b>

	31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2016
Terrenos	58	-	-	1.163	1.221
Instalações	11.431	-	-	4.941	16.372
Máquinas e equipamentos	15.286	223	(12)	364	15.861
Móveis e utensílios	871	45	(84)	339	1.171
Veículos	319	-	-	-	319
Equipamentos de informática	1.570	193	(1)	697	2.459
Imobilizado em andamento (i)	24.542	23.360	-	(3.934)	45.968
Adiantamento de fornecedores (ii)	3.655	158	-	(3.655)	158
Outros	2.424	3	(27)	85	2.485
<b>Total</b>	<b>60.156</b>	<b>25.982</b>	<b>(124)</b>	<b>-</b>	<b>86.014</b>

- (i) A Companhia apresentou um projeto de expansão, aprovado em reunião de conselho em 20 de junho de 2013, que contemplava duas unidades Fabris, ambas localizadas no próprio terreno da Companhia. Os detalhes dessas unidades Fabris estão apresentados a seguir:

- Unidade 230: A construção dessa unidade foi concluída em 30 de outubro de 2016 com o objetivo de fabricação de IFA de baixa escala, sendo liberada para a produção em escala comercial a partir de 01 de agosto de 2017, conforme laudo do departamento de Engenharia da Companhia.
- Unidade 280: Essa unidade foi construída com o objetivo de fabricação de IFA de alta escala, sendo liberada para a produção em escala comercial a partir de 03 de abril de 2017, conforme laudo do departamento de Engenharia da Companhia.

O montante de R\$ 50.208 é relativo, principalmente a conclusão das unidades 230 e 280 (R\$ 7.589 em 31 de dezembro de 2016), referente a Obra Civil relacionada a conclusão do arruamento e infraestrutura da unidade 700.

Os principais gastos registrados na conta de imobilizado em andamento referem-se, principalmente, conforme apresentado:

	31/12/2017	31/12/2016
Obras Cíveis	279	9.392
Equipamentos	506	12.494
Materiais	12	13.335
Montagem	-	9.432
Outros	485	1.315
Total	<u>1.282</u>	<u>45.968</u>

### Movimentação da depreciação

	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Instalações	(5.566)	(910)	-	(6.476)
Máquinas e equipamentos	(10.415)	(1.826)	6	(12.235)
Móveis e utensílios	(656)	(90)	2	(744)
Veículos	(228)	(21)	-	(249)
Equipamentos de informática	(1.442)	(398)	40	(1.800)
Outros	(2.114)	(137)	-	(2.251)
Total	<u>(20.421)</u>	<u>(3.382)</u>	<u>48</u>	<u>(23.755)</u>

	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Terrenos	-	-	-	-
Instalações	(5.016)	(550)	-	(5.566)
Máquinas e equipamentos	(9.389)	(1.034)	8	(10.415)
Móveis e utensílios	(660)	(65)	69	(656)
Veículos	(202)	(26)	-	(228)
Equipamentos de informática	(1.160)	(283)	1	(1.442)
Imobilizado em andamento	-	-	-	-
Outros	(2.012)	(122)	20	(2.114)
Total	<u>(18.439)</u>	<u>(2.080)</u>	<u>98</u>	<u>(20.421)</u>

Em 31 de dezembro de 2017, parte do ativo imobilizado no montante de R\$ 33.611 (R\$ 9.234 em 31 de dezembro de 2016), a valor de custo, está dado em garantia ao empréstimo captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



## 14 Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	1.775	2.022
Fornecedores estrangeiros (i)	9.918	7.598
	<u>11.693</u>	<u>9.620</u>

- (i) Refere-se substancialmente a compra de matéria-prima importada. Em 31 de dezembro de 2017 os principais produtos comprados foram: Tenofovir, Salicilato de Lamivudina e Tritel-Azido-Timidina (Em 31 de dezembro de 2016 foram: Intermediário de Efavirenz, Tenofovir e Metil Carboxi).

## 15 Empréstimos e financiamentos

A Companhia celebrou contratos de financiamento com o objetivo de financiar Pesquisa e desenvolvimento e expansão do parque industrial, conforme descrito abaixo:

	Taxa de juros ao ano	Saldo em 31/12/2016	Captação	Despesas de Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Saldo em 31/12/2017
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/030 C (i)	1,5% a 4,50%	10.051		401	(405)	(2.150)	7.897
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/013 A (i)	1,5% + TJLP	6.708		506	(446)	(1.441)	5.327
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/021 B (i)	3,50%	3.001		93	(94)	(642)	2.358
BNDES - Contrato - 17.2.0124.1/018 A (ii)	2,36% + TJLP	-	5.263	212	(119)	-	5.356
BNDES - Contrato - 17.2.0124.1/026 B (ii)	2,36% + TJLP	-	218	9	(5)	-	222
		<u>19.760</u>	<u>5.481</u>	<u>1.221</u>	<u>(1.069)</u>	<u>(4.233)</u>	<u>21.160</u>
Circulante		<u>4.770</u>					<u>6.000</u>
Não Circulante		<u>14.990</u>					<u>15.160</u>
<b>Total dos Empréstimos e Financiamentos</b>		<b>19.760</b>					<b>21.160</b>

	Taxa de juros ao ano	Saldo em 31/12/2015	Captação	Despesas de Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Saldo em 31/12/2016
BNDES - Contrato - 08.202.291/010	4,50%	301	-	4	(100)	(205)	-
BNDES - Contrato - 09.207.681/019	3,50%	417	-	7	(7)	(417)	-
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/030 C (i)	1,5% a 4,50%	7.983	2.798	144	(157)	(717)	10.051
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/013 A (i)	1,5% + TJLP	5.667	1.451	237	(171)	(476)	6.708
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/021 B (i)	3,50%	3.225	-	27	(37)	(214)	3.001
Outros acionistas - Contratos de Mútuo	2% + TJLP	1.003	-	49	-	(1.052)	-
		<u>18.596</u>	<u>4.249</u>	<u>468</u>	<u>(472)</u>	<u>(3.081)</u>	<u>19.760</u>
Circulante		<u>1.169</u>					<u>4.770</u>
Não Circulante		<u>17.427</u>					<u>14.990</u>
<b>Total dos Empréstimos e Financiamentos</b>		<b>18.596</b>					<b>19.760</b>

(i) Contrato BNDES N° 13.2.0554.1

Principal: Limitado a R\$20.996 mil  
Juros: De 1,5% a 4,5% a.a.  
Vencimento: Em 60 parcelas a partir de setembro/16 e a última em agosto/21.  
Em primeira hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada uma unidade industrial, o imóvel de sua propriedade, a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos de sua propriedade instalados e em operação na unidade industrial descrita no contrato e a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação.  
Garantia:

(ii) Contrato BNDES N° 17.2.0124.1

Principal: Limitado a R\$ 5.527 mil  
Juros: 2,36% a.a. + TJLP  
Vencimento: Em 48 parcelas a partir de janeiro/18 e a última em dezembro/21.  
Em primeira hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada uma unidade industrial, o imóvel de sua propriedade, a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos de sua propriedade instalados e em operação na unidade industrial descrita no contrato e a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação.  
Garantia:

**Cláusulas restritivas (*Covenants*)**

A Companhia apresenta *covenants* financeiros e não financeiros em seus contratos de empréstimos adquiridos junto ao BNDES. A Administração vem monitorando e até a presente data, não houve nenhuma indicação de não atendimento aos *covenants*.

*i. Covenants financeiros*

O contrato de N° 17.2.0124.1, firmado em agosto de 2017, apresentar cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais, ou seja, indiciamento líquido igual ou superior a 0,45 e relação entre dívida líquida/ebitda manteve-se igual ou inferior a 3. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício. Adicionalmente, o contrato requer *covenants* não financeiros, conforme abaixo.

*ii. Covenants não financeiros*

- Redução do quadro de pessoal;
- Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- A inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do Meio Ambiente, durante o período de vigência do contrato;
- Outros.

## 16 Transação com partes relacionadas

	<b>Passivo</b>		<b>Resultado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Outros acionistas (Empréstimos) - nota explicativa 15		-	-	(49)
BNDES (Empréstimos) - nota explicativa 15	21.160	19.760	(918)	(444)
	<u>21.160</u>	<u>19.760</u>	<u>(918)</u>	<u>(493)</u>

### Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração da Companhia inclui os membros da diretoria estatutária e Conselho da Administração.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Companhia em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 2.816 (Em 31 de dezembro de 2016 foram de R\$ 1.876).

## 17 Obrigações sociais e trabalhistas

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Encargos Sociais a Recolher	701	708
Encargos Assistenciais a Pagar	32	53
Provisão de Férias	2.599	1.975
	<u>3.332</u>	<u>2.736</u>

## 18 Obrigações fiscais

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
ICMS a Recolher	484	288
Imposto de Renda na Fonte	705	238
Provisão de Imposto de Renda	935	947
Parcelamento de Débitos Federais (a)	1.676	1.763
Outros	21	95
	<u>3.821</u>	<u>3.331</u>
Circulante	2.270	1.693
Não Circulante	1.551	1.638

**a. Adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais (REFIS) Lei 12.996/14**

Em 07 de agosto de 2014, o Conselho de Administração aprovou à adesão da Companhia ao programa de redução e parcelamento de débitos federais conforme a Lei 12.996/14. A data de adesão ao REFIS foi 21 de agosto de 2014. A Receita Federal do Brasil consolidou parte do pedido de parcelamento em 25 de setembro de 2015 no montante de R\$ 433 mil. A Companhia acionou os seus advogados tributaristas, para agilizar junto com a Receita Federal do Brasil a consolidação do saldo do parcelamento. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- Parcelamento efetuado em 60 meses;
- Parcelas com atualização monetária com base na taxa SELIC;
- Redução da Multa de Mora de Ofício em 80%;
- Redução dos Juros de Mora em 35%;
- Redução do Encargo Legal de 100%;
- Antecipação de 10% do Débito parcelado em 5 meses;
- Renúncia da Exigibilidade suspensa de Débitos Federais compensados por Per Dcomp's de Pis e Cofins não Homologadas pela Receita Federal no montante de R\$ 1.224;
- Desistência de Parcelamentos Anteriores no montante de R\$ 811;
- Os débitos tributários solicitados pela Companhia para a Adesão do Refis Lei 12.996/14, totalizou R\$ 2.034;

## **19 Adiantamento de clientes**

	31/12/2017	31/12/2016
Fundação Oswaldo Cruz - Fio Cruz	2.584	4.275
Outros	<u>69</u>	<u>244</u>
	<u>2.653</u>	<u>4.519</u>

## 20 Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela Administração em conjunto com seus consultores jurídicos externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa.

	<b>Causas trabalhistas</b>
Em 31 de dezembro de 2016	1.018
Adições	129
Reversões	(506)
	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>641</u>
	<b>Causas trabalhistas</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.328
Adições	156
Reversões	(466)
	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>1.018</u>

### Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía processos judiciais e nenhuma provisão foi constituída por não possuir uma obrigação presente como resultado de evento passado, com saída de recursos e confiável estimativa do valor. Com base na opinião dos assessores judiciais da Companhia e avaliação da Administração, esses processos totalizam os montantes de R\$ 4.477 (R\$ 2.900 em 31 de dezembro de 2016).

## 21 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 28 de abril de 2017 a Administração aprovou através da Assembléia Geral Extraordinária e Assembleia Geral Ordinária o aumento do capital da Companhia no valor de R\$ 26.257, dessa forma o capital social autorizado, subscrito e integralizado da Companhia passou a ser R\$ 68.235 (R\$ 41.977 em 31 de dezembro de 2016) e está representado e dividido entre seus acionistas conforme abaixo:

	<b>Ações Ordinárias</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
Acionista controlador e demais acionistas	9.501.915	80	9.501.915
BNDES	2.375.479	20	2.375.479
Outros	<u>1</u>	-	<u>1</u>
	<u>11.877.395</u>	100	<u>11.877.395</u>

### ***Ações ordinárias***

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia.

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

### **b. Dividendos**

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo circulante.

Os dividendos foram calculados conforme detalhado abaixo:

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Lucro líquido do exercício	13.741	15.540
Constituição da reserva legal – 5%	-687	-777
Base de cálculo	<u>13.054</u>	<u>14.763</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.264	3.691
Total na forma de dividendos	<u>3.000</u>	-
Total na forma de juros sobre o capital próprio	264	3.691
Imposto de Renda S/Juros sobre capital retidos	-450	-
Total dos dividendos mínimos obrigatório a pagar – passivo	<u>2.814</u>	<u>3.691</u>

### **c. Natureza e propósito das reservas**

#### ***Reserva Legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

#### ***Reserva de retenção de lucros***

É constituída com a finalidade de assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais e destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para projeto de expansão da planta fabril da Companhia.

## 22 Imposto de renda e contribuição social

### a. Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social correntes

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal combinada:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL )	19.893	23.203
Efeito na base do IRPJ e da CSLL sobre:		
Adições:		
Despesas não dedutíveis	2.282	1.866
Provisão de Perdas com Estoque	2.594	1.505
Provisão para contingências	129	156
Participações de Dirigentes	295	67
Exclusões:		
Reversão de Provisão de Perdas com Estoque	(1.622)	(2.415)
Reversão de Contingências	(506)	(466)
60% dispêndios com P&D Conf. Lei 11.196/2005	(122)	(126)
Juros sobre o capital próprio	(3.000)	-
Outros	(725)	(393)
Lucro tributável	<u>19.218</u>	<u>23.397</u>
Imposto de renda e da contribuição social - 34%	6.534	7.955
Outros	(139)	(24)
Imposto de renda e contribuição social - resultado	<u>6.395</u>	<u>7.931</u>
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>34%</u>

## 23 Receita operacional líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta	152.722	149.020
Menos:		
Vendas Canceladas	(1.837)	(4.385)
Impostos sobre vendas	(7.278)	(7.179)
	<hr/>	<hr/>
	<u>143.607</u>	<u>137.456</u>

## 24 Custos dos Produtos Vendidos

	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos Materiais	(68.951)	(65.764)
GGF e MOD	(34.613)	(30.953)
	<hr/>	<hr/>
Custos Produtos Vendidos	(103.564)	(96.717)
	<hr/>	<hr/>
Custos Produtos Revendidos	(2.147)	(3.037)
	<hr/>	<hr/>
	<u>(105.711)</u>	<u>(99.754)</u>

## 25 Despesas Administrativas

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Despesas Administrativas</b>		
Impostos e Taxas	1.163	965
Despesas com Vendas	651	474
Sindicato e Associação de Classe	207	202
Depreciação	573	459
Despesas com Pesquisa & Desenvolvimento	203	208
Despesas com Importação e Exportação	163	490
Outros	420	1.387
	<hr/>	<hr/>
	<u>3.380</u>	<u>4.185</u>



## 26 Despesas com pessoal

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Despesas com pessoal</b>		
Salários e Honorários	4.446	3.371
Encargos Sociais	1.955	1.670
Benefícios a Empregados	1.171	978
Participações aos empregados e administradores	833	584
Outros	1.200	972
	<u>9.605</u>	<u>7.575</u>

## 27 Serviços de Terceiros

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Serviços de terceiros</b>		
Segurança e Vigilância	708	705
Conservação e Limpeza	747	625
Auditoria Externa	331	200
Consultoria Técnica Especializada	466	463
Assessoria Jurídica	409	331
Outros	537	327
	<u>3.198</u>	<u>2.651</u>

## 28 Ocupação e Utilidades

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ocupação e Utilidades</b>		
Material de Manutenção e Consumo	246	286
Seguros	375	531
Água e Esgoto	126	128
Telecomunicação	173	192
Outros	740	779
	<u>1.660</u>	<u>1.916</u>

## 29 Despesas financeiras líquidas

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	1.027	1.562
Outros	329	1.094
	<u>1.356</u>	<u>2.656</u>
 <b>Despesas financeiras</b>		
Juros	(918)	(493)
Variação cambial Líquida	(215)	(80)
Comissões e Despesas Bancárias	(535)	(548)
Outros	(274)	(852)
	<u>(1.942)</u>	<u>(1.973)</u>
 <b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(586)</u>	<u>683</u>

## **30 Instrumentos financeiros**

### **30.1 Gestão de risco de capital**

A Companhia administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 12), deduzidos pelo caixa, saldos de bancos e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados), conforme apresentado na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está demonstrado a seguir:

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Passivo circulante	30.087	28.101
Passivo não circulante	17.354	17.695
	<u>47.441</u>	<u>45.796</u>
 Ativo total	 152.146	 140.024
Índice de endividamento líquido	31%	33%

### 30.2 Categorias de instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram:

	<b>31/12/2017</b>		<b>31/12/2016</b>	
	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Mensurados a valor justo por meio do resultado</b>				
Aplicações financeiras	11.721	11.721	10.165	10.165
Contas a receber	28.767	28.767	16.327	16.327
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Mensurados a valor justo por meio do resultado</b>				
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	21.160	21.160	19.760	19.760
Fornecedores	11.693	11.693	9.620	9.620

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou de proteção (“hedge”) em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

### 30.3 Objetivos da Administração dos riscos financeiros

O Departamento de Tesouraria Corporativa da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

### 30.4 Riscos de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração entende que esse risco é inerente ao perfil das operações da Companhia e ela opera equacionando de forma adequada esse risco. Logo, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio e de juros, nem tampouco se utiliza de derivativos ou outros ativos de risco com caráter especulativo.

As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração.

### 30.5 Gestão de risco de taxa de câmbio

A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas. Os resultados estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. Em 2017, o dólar norte-americano sofreu uma valorização de 1,50% frente ao real (2016 - desvalorização de 16,54%). A exposição ao risco de câmbio em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, representado pelos valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são:

Ativo	31/12/2017	31/12/2016	Moeda de Exposição
Caixa e equivalente de caixa (contratos de câmbio de clientes estrangeiros)	3.940	5.963	US\$
Contas a receber de clientes estrangeiros	947	2.255	US\$
Adiantamento a fornecedores	237	221	US\$
Passivo: Seguro Transporte	294	255	US\$
Fornecedores estrangeiros	9.918	7.598	US\$

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

### 30.6 Gestão do risco de taxa de juros

#### *Ativos financeiros*

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras no valor de R\$ 17.861 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 19.888 em 31 de dezembro de 2016) são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos.

#### *Passivos financeiros*

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtêm empréstimos com taxas de juros pré-fixadas no valor de R\$ 21.160 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 19.760 em 31 de dezembro de 2016). Entretanto, as taxas obtidas nos financiamentos são baixas, comparadas a outras formas de financiamento existentes no mercado. Dessa forma, esse risco é significativamente atenuado.

### 30.7 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Administração adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Companhia utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração.

O saldo de contas a receber de clientes no montante de R\$ 28.767 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 16.327 em 31 de dezembro de 2016), tem como os maiores volumes devidos pela, Blanver Farmoquímica Ltda, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Brainfarma, Laboratório Teuto, Sanofi, Eurofarma Laboratórios S/A, Takeda Pharma Ltda, Cristália, União Química e Medley, foram os principais clientes da Companhia (vide nota explicativa 1). As demais contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face a possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, é avaliada a necessidade de constituir-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para a cobertura desse risco.

A Companhia não está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. Adicionalmente, a Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

As operações com instituições financeiras (caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras), no valor de R\$ 17.861 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 19.888 em 31 de dezembro de 2016), são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

### ***Gestão do risco de liquidez***

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Companhia possui linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 5.000 à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e três anos</b>	<b>Entre quatro e cinco anos</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31/12/2017</b>				
Fornecedores	11.693	-	-	11.693
Financiamentos	6.000	12.143	3.017	21.160
	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e três anos</b>	<b>Entre quatro e cinco anos</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31/12/2016</b>				
Fornecedores	9.620	-	-	9.620
Financiamentos	4.770	12.016	2.974	19.760

## **30.8 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo**

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas dos valores contabilizados. Os maiores saldos referente a empréstimos estão vinculados ao BNDES, sendo assim operações em mercado exclusivo onde não existe previsibilidade de alta volatilidade em taxa de juros e as taxas efetivas representam boas aproximações a taxas de mercado.

### **31 Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 153.460 para danos materiais (R\$ 65.000 em 31 de dezembro de 2016), e R\$ 32.000 para responsabilidade civil (R\$ 32.000 em 31 de dezembro de 2016).

### **32 Lucro líquido por ação**

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, nos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.741	16.124
Lucro líquido	13.741	15.540
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	11.877	11.877
	<hr/>	<hr/>
Lucro líquido por ação (básico e diluído)	<u>1,16</u>	<u>1,31</u>

### **33 Eventos Subsequentes**

#### **33.1 Recuperação do Faturamento**

Conforme nota explicativa 1.3, a Companhia teve o faturamento interrompido pela não autorização da Anvisa para a produção de 5 produtos (Lamivudina, Zidovudina, Fenitoina, Efavirenz e Aciclovir). A Administração da Companhia realizou diversas ações para a liberação das vendas desses produtos conseguindo o registro do produto Fenitoina em 22 de janeiro de 2018 e obteve as autorizações através de comunicados enviados pela Anvisa, em caráter de excepcionalidade para o produto Lamivudina em 02 de janeiro de 2018. No período de 05 a 09 de fevereiro de 2018 a Companhia realizou uma inspeção em conjunto com representantes da Anvisa para certificar o fornecedor das Matérias Primas utilizadas nos produtos Lamivudina e Zidovudina, essa ação foi uma exigência do Órgão Regulador (Anvisa), para emissão do certificado de boas práticas. A Companhia espera obter o registro desse produto no 2º trimestre de 2018.

#### **33.2 Órgão Ambiental**

Em 08 de fevereiro de 2018, o INEA- Instituto Estadual do Ambiente requereu da Companhia informações sobre o complemento de documentações ambientais, para renovação da licença de operação das unidades produtivas (010, 100, 200, 230 e 280). Nesta mesma data, foi recebida uma segunda notificação referente atualização da documentação da ampliação do Almoxarifado 710, para o cumprimento da licença de instalação. A Companhia protocolou parte das informações solicitadas em 22 de março de 2018 e as demais solicitações estão sendo preparadas e serão

apresentadas no prazo de 45 a 90 dias da data da solicitação, definido pelo órgão regulador. A Companhia não espera nenhuma restrição na obtenção das licenças de operação das unidades de produção.